

Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 2098/15
PLE Nº 026/15

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E DO MERCOSUL

PARECER Nº 171 /15 – CEFOR

Autoriza o Poder Executivo a constituir pessoa jurídica, sob a forma de sociedade por ações, na modalidade sociedade de economia mista, denominada Empresa de Gestão de Ativos do Município de Porto Alegre S/A – INVESTE POA, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda.

Vem a esta Comissão, para parecer, o Projeto em epígrafe, de autoria do Executivo Municipal.

O Projeto encaminhado a esta Casa busca autorização para a criação da Empresa de Gestão de Ativos do Município de Porto Alegre – INVESTE POA, estabelecendo providências.

Diz o Chefe do Poder Executivo no Ofício de encaminhamento que o Município de Porto Alegre tem envidado esforços para manter o equilíbrio orçamentário, mesmo com a crescente demanda da sociedade por investimentos. Frente a essa realidade, novas fontes de financiamento são buscadas pelos entes federativos para tornar possível o cumprimento dos seus objetivos constitucionais. O novo caminho tem sido o ingresso de forma organizada e planejada no mercado de capitais mediante operações estruturadas e amparadas em regras claras e bem definidas. Assevera que tais operações são correntemente aceitas pelo mercado financeiro traduzindo-se em um modelo bem-sucedido, assim como tem ocorrido nos Municípios de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Aduz que, por ser a INVESTE POA uma empresa com estrutura simplificada e, ainda, por incorporar em seus ativos bens e direitos do Município, tangíveis e intangíveis, terá condições diferenciadas na captação de recursos por conta da segurança das obrigações por ela emitidas.

Examinado o expediente pela Procuradoria da Casa, esta disse que a matéria do Projeto de Lei se insere no âmbito de competência municipal, inexistindo óbice legal à tramitação, sob tal enfoque. Ressalvou, contudo, que as



PARECER Nº 171 /15 – CEFOR

funções gratificadas a serem criadas estão sem definição de atribuições.

Em prosseguimento, a Comissão de Constituição e Justiça, em longo Parecer, opinou, pela unanimidade dos membros presentes, pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto. Houve o entendimento de que o apontamento da Procuradoria restou superado pelos ditames da Lei Complementar nº 549, de 9 de maio de 2006.

Vem, agora, o Processo para apreciação nesta Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR.

Necessário, preliminarmente, conceituar sociedade de economia mista. Introduzida pelo Decreto-Lei nº 200/67, a Sociedade de Economia Mista é uma espécie de pessoa jurídica de direito privado que integra o rol dos entes jurídicos pertencentes à Administração pública indireta. A Sociedade de Economia Mista presta seus serviços no campo da atividade econômica privada, sob a forma de uma sociedade anônima, no qual o sócio majoritário será a União Federal ou algum outro ente da Administração Pública, observados os termos e limites fixados pela legislação e pela Constituição Federal. A caracterização de uma sociedade de economia mista não se dará apenas com a presença do Estado como acionista majoritário. É preciso lei que autorize a sua criação. Para evitar dúvidas, faz-se necessário dizer que a sociedade de economia mista demanda conjunção de capitais de pessoas governamentais com capitais particulares. Em suma, as características assinaláveis das sociedades de economia mista são: participação do capital público ao lado do capital privado, participação administrativa do poder público, estrutura de direito privado sob a forma de sociedade anônima e variável interesse público em conciliação com o privado definido pelo próprio poder público em diploma legal específico (lei).

Segundo o artigo 2º do Projeto, o objetivo social da INVESTE POA é administrar e explorar economicamente ativos, bens e direitos municipais a ela transferidos e ou adquiridos; emitir títulos e negociá-los no mercado; realizar operações de captação de recursos no mercado de capitais ou no mercado financeiro; auxiliar o Tesouro Municipal na administração da dívida pública; auxiliar e colaborar com o Município nas políticas de desenvolvimento econômico; prestar garantias; apoiar e estruturar operações comerciais e desenvolver atividades afins.

157



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 2098/15
PLE Nº 026/15
Fl. 3

PARECER Nº 171 /15 – CEFOR

A INVESTE POA terá, de acordo com o estabelecido no artigo 4º do Projeto, o capital social inicial de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias nominativas, com integralização sob duas formas:

I - R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pelo Município de Porto Alegre. A subscrição e integralização do capital poderá ser feita em moeda corrente nacional, em bens ou direitos avaliados na forma da legislação dentre os listados no § 2º deste artigo;

II - R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em dinheiro, por um ou mais sócios, que poderão ser entidades da Administração Municipal (por exemplo, PROCempa, DMAE) e pessoas naturais, desde que o Município mantenha, no mínimo, a titularidade direta da maioria das ações com direito a voto (§ 1º deste artigo).

Quanto a eventual subscrição de aumentos de capital, o Município poderá fazê-lo a qualquer tempo, assegurando, sempre, a maioria do capital votante.

Para institucionalizar o funcionamento, o Estatuto Social da INVESTE POA, cuja elaboração dar-se-á em conformidade com a Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações, deverá ser discutido, votado e deliberado na Assembleia Geral de Constituição, com aprovação por Decreto. A administração será feita por Conselho, cujos membros serão indicados em Assembleia Geral de Acionistas. Este Conselho, por sua vez, elegerá membros da Diretoria, que deverão atender alguns requisitos pessoais. Importa salientar que a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal será fixada conforme dispuser o Estatuto Social e não poderá ultrapassar o teto remuneratório do Prefeito Municipal.

O quadro próprio de pessoal da INVESTE POA será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, a ser contratado mediante concurso público, com remuneração fixada nos termos do Estatuto Social. Além do quadro próprio, a INVESTE POA poderá contar com servidores cedidos pela administração direta e indireta (artigo 10) aos quais serão assegurados todos os direitos e vantagens a que fariam jus no seu Órgão de origem e a quem caberá o ônus. Pelo Projeto, estão sendo criadas 4 (quatro) Funções Gratificadas Especiais destinadas exatamente a servidores cedidos (artigo 11), com valores equivalentes percentualmente à remuneração do Diretor Financeiro, as quais serão pagas pela INVESTE POA, não se incorporando aos vencimentos e/ou proventos.



Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 2098/15
PLE Nº 026/15
Fl. 4

PARECER Nº 171 /15 – CEFOR

A apreciação nesta Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul é realizada segundo as atribuições previstas no artigo 37 do Regimento. Considerando que a constituição da Empresa de Gestão de Ativos do Município de Porto Alegre – INVESTE POA, na modalidade de sociedade de economia mista, com vinculação à Secretaria Municipal da Fazenda e com objeto social muito bem definido representará significativa contribuição para a captação de recursos necessários e importantes ao desenvolvimento da nossa capital, somos pela **aprovação** do Projeto.

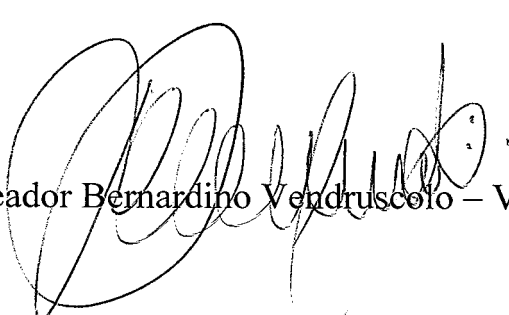
Sala de Reuniões, 16 de novembro de 2015.

**Vereador Guilherme Socias Villela,
Relator.**

Aprovado pela Comissão em 19.11.15


Vereador João Carlos Nedel – Presidente


Vereador Aírto Ferronato


Vereador Bernardino Vendruscolo – Vice-Presidente


Vereador Idenir Cecchim